

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.112.055 - SP (2017/0129500-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MARCIO THADEU MARTINS
ADVOGADOS : HÉLIO MARTINEZ - SP078123
THIAGO JOSÉ DE SOUZA BONFIM E OUTRO(S) - SP256185
HÉLIO MARTINEZ JÚNIOR - SP092407
AGRAVADO : DAESP DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN E OUTRO(S) - SP117697

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Marcio Thadeu Martins**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 265):

OBRIGAÇÃO DE FAZER - Remoção de cerca de segurança. Ilegalidade na conduta do réu. Impossibilidade de retirar a cerca existente no local para possibilitar, sem autorização, o acesso de pessoas ou veículos no imóvel onde está situado o aeroporto. O simples fato de alguém possuir um imóvel limítrofe à área do aeroporto não assegura a ela ou terceiros o trânsito irrestrito entre as propriedades, mormente se houver barreira física protetiva entre os imóveis para restringir o respectivo ingresso no aeroporto. Improcedência da ação em Primeiro Grau de Jurisdição. Sentença reformada. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 186, 224, 1.383 e 1.384 do CC/2002; 157, 283, 333, I, 337, 396 e 535, II, do CPC/73; 129, § 6º, e 148 da Lei nº 6.015/73; e 4º, XXV, XCV e XCVI, e 46 do PNACSEC (Decreto nº 7.168/2010); aos ítes 3.3.1 e 3.3.2 da IAC 107-1004A e à Súmula 415/STF. Sustenta que : **(I)** o Tribunal de origem foi omissivo quanto ao argumento de que, segundo as normas do direito aeroviário, inexistente a obrigação de que seja mantida a cerca de alambrado que foi removida pela

Superior Tribunal de Justiça

recorrente; **(II)** a apelação não deveria ter sido conhecida por afronta ao princípio da dialeticidade, uma vez que se limitou a trazer os mesmos argumentos constantes da inicial; **(III)** há servidão típica de passagem na hipótese dos autos, ponto sequer impugnado pela parte recorrida; **(IV)** o imóvel da parte ora agravante não se encontra próximo a área de risco ou mesmo a ao Terminal de Passageiros, de modo que inexiste obrigação para a manutenção da cerca de alambrado, inexistindo quaisquer violações à segurança, uma vez que o estabelecimento se encontra do lado terra da área aeroportuária; e **(V)** as normas estrangeiras utilizadas na inicial não foram devidamente traduzidas ou autenticadas pela via consular, o que deveria impedir sua consideração pelo juízo.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (**REsp 763.983/RJ**, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 28/11/05).

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei

Superior Tribunal de Justiça

invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar. A propósito, confira-se o **AgRg no REsp 1.386.843/RS**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 6/2/2014, DJe 24/2/2014 e o **REsp 804.921/AL**, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 15/5/2007, DJ 28/5/2007.

No tocante à tese de violação ao princípio da dialeticidade, O Tribunal *a quo* dirimiu a controvérsia asseverando o seguinte (fl. 266):

Inicialmente, rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso, porquanto, ao contrário do que sustenta o apelado, a apelação impugna especificamente os fundamentos da r. sentença, em especial a questão atinente à segurança do local proveniente da prática de ato ilícito.

Esse posicionamento encontra albergue na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a repetição dos argumentos elencados na petição inicial ou na contestação não implica, por si só, a ausência de requisito objetivo de admissibilidade do recurso de apelação - princípio da dialeticidade -, caso conste no apelo os fundamentos de fato e de direito evidenciadores do desejo de reforma da sentença. A propósito:

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. ART. 514 DO CPC. REQUISITOS. REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS DEDUZIDOS NA INICIAL. POSSIBILIDADE.

1. A repetição dos argumentos deduzidos na inicial não impede, por si só, o conhecimento do recurso de apelação, notadamente quando suas razões estão condizentes com a causa de pedir e deixam claro o interesse pela reforma da sentença. (c.f.: AgRg no Ag 990.643/RS, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI DJ de 23/5/2008).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 341.906/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 7/11/2013, DJe 18/11/2013).

AGRAVO REGIMENTAL - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO NA ORIGEM ANTE A NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DO EXECUTADO.

1. O princípio da dialeticidade recursal deve ser compreendido como o ônus atribuído ao recorrente de evidenciar os motivos de fato e de direito para a reforma da decisão recorrida, segundo interpretação conferida ao art. 514, II, do CPC. Esta Corte possui entendimento assente no sentido de que não obstante a legislação processual exija que a apelação contenha "os fundamentos de fato e de direito", a parte não fica impedida de reiterar os fundamentos expendidos na inicial ou em outras peças processuais se estas forem suficientes para demonstrar os motivos da irresignação do insurgente, bem como do possível desacerto da decisão que se pretende desconstituir/modificar. Precedentes. Na hipótese, as razões do agravo de instrumento apresentado na origem são se mostram aptas a demonstrar e adequadamente infirmar os termos da decisão interlocutória, que teceu a minúcias e explicitou extensivamente os motivos pelos quais estaria acolhendo parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença, apenas para excluir do cálculo a multa de 10% fixada com base no art. 475-J. Em atenção ao princípio da dialeticidade, não basta ao agravante o desenvolvimento de arrazoado genérico em sentido contrário à decisão que pretende ver reformada, sendo imprescindível formular alegações e explicitar fundamentação que possa influir na análise da controvérsia. Precedentes.

2. [...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1.309.851/PR, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 5/9/2013, DJe 19/9/2013).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 514 DO CPC ATENDIDOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A mera repetição, no recurso de apelação, dos termos da petição inicial ou da contestação não é fator suficiente a ensejar, com fundamento no art. 514, II, do CPC, o não conhecimento do recurso.

2. A reforma do julgado demandaria reexame do contexto

Superior Tribunal de Justiça

fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 457.953/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 22/5/2014)

No que diz respeito à tese de que haveria servidão de passagem, destaca-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 267):

De outra parte, a arguição do apelado quanto a existência de servidão de passagem não foi por ele comprovada por qualquer tipo de documento que demonstrasse a veracidade de sua assertiva, ônus que lhe competia nos termos do disposto no artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. Aliás, somente por decisão judicial ou autorização expressa por parte da Administração é que tal prova seria apta a demonstrar a lisura da assertiva, não se prestando para esse fim a mera arguição ou as fotos de fls. 127 e 129-140, especialmente porque o acesso à área rural que lhe pertence não está restrito unicamente pelo aeroporto, como se pode verificar no documento juntado pelo apelante às fls. 52.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da ausência de comprovação da servidão de passagem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

No tocante à tese de que inexistiria obrigação legal para a manutenção da cerca de alambrado, a Corte de origem dirimiu a controvérsia asseverando o seguinte (fls. 266/268):

Com efeito, o conjunto probatório coligido permite aferir, com a certeza necessária, a ilegalidade na conduta do réu, uma vez que não poderia demolir a cerca existente no local para possibilitar, sem autorização da Administração, o acesso de

Superior Tribunal de Justiça

peças ou veículos no imóvel onde está situado o aeroporto.

Obviamente que o simples fato de alguém possuir um imóvel limítrofe à área do aeroporto não assegura a ela ou terceiros o trânsito irrestrito entre as propriedades, mormente se houver barreira física protetiva entre os imóveis para restringir o respectivo ingresso no aeroporto.

Daí porque, despendida a tradução do documento juntado pelo autor às fls. 53-89.

Frise-se que a presente ação não tem o condão de exercer qualquer juízo de valor quanto à destinação do imóvel do réu ou sua atividade comercial, mas, isto sim, tutelar o direito do autor quanto a manutenção da cerca retirada sem autorização, notadamente pelo risco à segurança da área que Administra.

Curial, pois, a reforma da r. sentença apelada, diante da inexistência de autorização expressa ao réu para possibilitar a remoção e a substituição da cerca de proteção no aeroporto.

Tratando-se de questão de segurança, réu deverá providenciar o refazimento do alambrado, obedecendo as ' especificações constantes dos documentos de fls. 22 -25, no prazo máximo de 10 (dez dias), contado da publicação do presente acórdão, sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Nesse diapasão, a adoção dos argumentos da parte, no sentido de que o imóvel se situa em região não sujeita ao controle e à restrição do fluxo de pessoas e de que o ato da parte agravante tampouco ensejou problemas à segurança, demanda, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, o que atrai, também quanto a esse ponto, a incidência da Súmula 7/STJ.

Por fim, aduz o recorrente, em suma, que não poderia a Corte de origem ter julgado o caso com base em normas e documentos estrangeiros não traduzidos, uma vez que, sem a respectiva tradução oficial, não seriam instrumentos normativos hábeis a estabelecer normas de segurança ou fazer prova no caso concreto.

Contudo, o Tribunal *a quo* solucionou a controvérsia asseverando que a tradução dessa documentação seria despendida para a solução da controvérsia, uma vez que "*o simples fato de alguém possuir um imóvel limítrofe à área do aeroporto não assegura a ela ou terceiros o trânsito irrestrito entre as propriedades, mormente se houver barreira física protetiva entre os imóveis para restringir o respectivo ingresso*

Superior Tribunal de Justiça

no aeroporto." (fl. 266).

Assim, as discussões relativas à necessidade de tradução dos documentos não guardam pertinência com os fundamentos do aresto atacado, atraindo a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Nessa linha de raciocínio, citam-se os seguintes julgados: **REsp 1.260.020/GO**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/8/2011; **AgRg no Ag 1.238.729/PE**, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 13/9/2010.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator